
Maria Aparecida Silva de Sousa

Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutoranda em História Social/USP.

BICALHO, Maria Fernanda.

A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 420p.

Os estudos sobre os processos de urbanização no Brasil e as mudanças político-econômicas, daí decorrentes, ainda figuram de maneira tímida no campo da historiografia. Com raras exceções, as pesquisas em torno do surgimento dos núcleos urbanos, no período caracterizado como colonial, não focalizam realidades específicas, antes generalizam a tendência lusitana em implementar uma organização político-administrativa frente à desordem da expansão. Para Francisco Falcon, esta lacuna na historiografia brasileira é resultante de uma visão que subordina a cidade colonial ao mundo dos potentados rurais, então *locus* privilegiado de realização das atividades econômicas que marcariam o "sentido da colonização". Como corolário dessa interpretação, a urbe colonial transparece como um fenômeno insignificante, se comparada, portanto, à importância das áreas rurais (FALCON, F. 1994).

Na contramão dessa linha interpretativa, Maria Fernanda Bicalho fornece uma contribuição primorosa ao debate sobre a dinâmica político-administrativa de um núcleo urbano colonial, no contexto da relação com o Império Português setecentista. Elaborado originalmente como tese de doutorado em História Social, *A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII* recupera os liames que descortinam a centralidade da cidade de São Sebastião no interior do projeto português de domínio colonial da sua possessão americana. Valendo-se de uma ampla documentação, sobretudo referente à extensa correspondência mantida entre as autoridades coloniais e metropolitanas e em grande parte inédita, a autora apresenta-nos um Rio de Janeiro em constante estado de temor diante das possibilidades, reais ou imaginárias, de invasão por outras potências estrangeiras, ampliadas ao longo do século XVIII.

As representações sobre o medo constituem, por conseguinte, o foco central da obra. Não apenas o medo que mobilizava os conselheiros do Reino e seus correspondentes coloniais no sentido de se anteciparem aos planos de possíveis invasores; como também aquele que provocava nos cidadãos a montagem das estratégias de defesa local, momento esse em que os conflitos internos entre a população colonial eram potencializados, denunciando as fissuras das conexões entre a elite política local – oficiais da câmara e funcionários régios – e entre esta e a metrópole. O temor da perda, seja da cidade do Rio de Janeiro, reiteradamente, considerada como "*uma das pedras mais preciosas que ornem a coroa de Vossa Majestade*", seja do patrimônio acumulado pelos agentes coloniais, ou ainda do controle político por parte das autoridades, conflui para a dinamização das práticas políticas daqueles interessados na manutenção do poder político e econômico. Enfim, medos diversos que ajudaram a tecer o cotidiano daquela cidade em sua experiência como parte integrante do vasto império português.

De fato, o Rio de Janeiro em fins do setecentos era o centro urbano de maior importância na América Portuguesa, sendo seguido por Salvador, Recife, São Luís do Maranhão e São Paulo. Ocupando a sede do Vice-Reinado desde 1763, a cidade tornou-se foco das novas estratégias de governo, por parte da metrópole, que visavam assegurar a preservação da colônia americana. Para dar conta dessa centralidade, a autora constrói uma perspectiva analítica que informa sobre a instabilidade européia – traduzida no permanente estado de guerra entre as potências durante a Época Moderna, situando a dinâmica colonial portuguesa nesse contexto –, a vulnerabilidade da cidade tornada capital, o espaço da desordem e os mecanismos de ordenação e

controle políticos e, por fim, a natureza da relação política entre os poderes locais e a metrópole, privilegiando o papel desempenhado pelos agentes coloniais, por meio das câmaras municipais, como interlocutores e mantenedores da estrutura imperial.

Logo de início, Maria Fernanda Bicalho acompanha o olhar dos navegadores modernos destacando o impacto que as belezas naturais da Baía de Guanabara provocavam naqueles responsáveis pelas descrições fundamentais para os projetos expansionistas da metrópole portuguesa. Ao lado dos registros admirados sobre as riquezas naturais, tais descrições "traduziam o projeto de fortificar o território para a sua segurança e para a afirmação definitiva da presença portuguesa no Centro-Sul da colônia, ponto estratégico de defesa de sua hegemonia sobre mares desde sempre tão infestados de piratas e corsários, sobretudo franceses". (p. 29) Identifica, a partir daí, o comportamento utilitário dos colonizadores portugueses, tendo em vista que para além das "visões míticas do paraíso terrestre" o que estava em jogo era a potencialidade da nova terra para a ação colonizadora de Portugal.

Mas não foram apenas os portugueses que perceberam as qualidades estéticas ou estratégicas do Rio de Janeiro: franceses, holandeses, espanhóis e ingleses freqüentemente assediaram a capitania desrespeitando a legislação metropolitana que prescrevia sobre o comércio com outras nações da Europa. Desse modo, no exercício de uma atividade privada ou a serviço das potências européias, piratas, corsários, contrabandistas, espões e expedições estrangeiras inquietaram as autoridades metropolitanas, ao intensificar suas ações no decurso do século analisado. Realmente impressiona a riqueza de informações e o redimensionamento de muitas dessas investidas, denotando o grau de disputa colonial que marcou, inclusive, a relação entre antigos países aliados de longa data como Portugal e Inglaterra. Bicalho descreve os projetos de invasão do Brasil no contexto de afirmação da hegemonia européia, revelando até mesmo que, em 1762, os franceses tencionavam estabelecer um vice-reinado nas cidades que planejavam conquistar, desestabilizando as relações comerciais e políticas luso-britânicas e reconfigurando o quadro das negociações diplomáticas no curso da Guerra dos Sete Anos (1757-1763). Plano este que seria abortado em função do término do conflito.

Interessada em analisar os acontecimentos que efetivamente resultaram em ameaças externas à colônia americana no setecentos, a autora situa o desenrolar das disputas das metrópoles ibéricas pelo domínio do comércio platino nesse período, que culminou com a conquista da Colônia do Sacramento pelos espanhóis em 1777 - mesmo ano de destituição de Pombal do cargo de Secretário dos Negócios do Reino e da assinatura do Tratado de Santo Ildefonso. Área de litígio entre Portugal e Espanha desde o século anterior, o aprofundamento da crise entre as duas monarquias e o conseqüente reordenamento espacial de seus respectivos domínios informam sobre um processo mais amplo de racionalização econômico-administrativa frente à complexificação da engrenagem do sistema colonial, com desdobramentos importantes na esteira das rupturas políticas características do oitocentos, como demonstra estudo recente sobre o tema (PIMENTA, J.P.G. 2002).

É no seio dessa conjuntura política internacional que ocorre, em 1763, a transferência da capital da América Portuguesa da Bahia para o Rio de Janeiro. Sem aprofundar o assunto e ressaltando a escassez da documentação sobre as razões que motivaram esta decisão pela metrópole, Maria Fernanda Bicalho afirma que tal medida confirmou a importância que a cidade havia adquirido desde princípios do século XVIII. Conforme observa, "a centralidade daquela cidade-porto não se impôs apenas por sua posição na colônia americana, mas em todo o Império Português, e ainda no quadro da geopolítica ultramarina e colonial das demais potências européias". (p. 85) Ou seja, as novas estratégias de domínio concretizadas pelo Reino português diziam respeito fundamentalmente à preservação do seu patrimônio no ultramar.

Proposição sugestiva que subordina, entretanto, o reordenamento do eixo econômico metropolitano no Centro-Sul à situação geopolítica da colônia, secundando o rearranjo das forças econômicas no universo luso-americano.

Destarte, as descobertas auríferas, ao lado dos constantes conflitos militares no Sul, exigiam um conjunto de medidas intervencionistas por parte da Metrópole, efetivadas durante o período de Pombal. Conforme aponta Wilma Peres Costa, as Reformas Pombalinas – cujo estabelecimento do Rio de Janeiro como centro político da colônia é uma das mais importantes – constituem um marco significativo na vida da colônia que resulta na *"territorialização do espaço colonial e na reorganização da arrecadação fiscal"* (COSTA, W.P. In: JANCÓS, I. (Org.). 2003, p. 160).

Se, externamente, a vulnerabilidade da colônia americana propiciava novas determinações no que se refere aos assuntos ultramarinos, no plano interno, a aproximação de naus estrangeiras provocava conturbações generalizadas entre os moradores e as autoridades coloniais – denunciando a debilidade das fortificações e da exígua força de defesa –, repetidas vezes relatadas ao monarca. Por outro lado, o comprometimento dos funcionários régios e dos vassallos coloniais com o contrabando nos portos ultramarinos constituía-se em mais um elemento ameaçador aos domínios na América Portuguesa. Reiterando as conclusões de Fernando Novais e Luiz Felipe de Alencastro, a autora demonstra que o inconformismo dos colonos com o exclusivo metropolitano propiciou a formação de uma rede de transações comerciais, envolvendo produtos e tráfico de escravos, que negava de forma permanente a própria lógica da colonização, não passando totalmente despercebida pelos ministros do Reino, conforme atesta uma carta de 1785, na qual Martinho de Mello e Castro adverte que se a Metrópole *"não se cuidar eficazmente nos meios e os modos de os coibir [os contrabandos], a consequência será que todas as utilidades e riquezas dessas importantíssimas colônias ficarão sendo patrimônio dos seus habitantes e das nações estrangeiras com quem eles as repartem, e [...] Portugal não conservará mais que o aparente, estéril, e inútil domínio delas"* (p. 144).

Na última parte da obra, Maria Fernanda Bicalho discute um dos elementos centrais para o entendimento da dinâmica da relação colonial, dimensionando o papel desempenhado pelas câmaras municipais ultramarinas. Ao dialogar com o estudo clássico de Charles R. Boxer sobre o Império Colonial Português, a autora focaliza as instituições camarárias como mecanismos fundamentais na estruturação e manutenção do Império, incorporando os novos estudos que têm possibilitado avaliar a vitalidade dos poderes municipais em um contraponto ao peso da centralização das monarquias absolutistas, principalmente no campo da historiografia portuguesa. Nessa perspectiva, esclarece sobre as relações estabelecidas entre os poderes central e local identificando, para o caso das câmaras da América Portuguesa e, em especial, do Rio de Janeiro, um canal latente de comunicação entre os colonos e o monarca, que ultrapassava os degraus hierárquicos da burocracia administrativa colonial.

A origem do municipalismo português remonta ao período medievo e, ao que consta, a sua criação vincula-se ao processo de povoamento e organização do território nacional e ao enquadramento social e político da população. Enquanto organismos de poder local, as câmaras municipais ocuparam um lugar de destaque no interior de uma estrutura político-administrativa consolidada pelo Império português na Época Moderna, integrando uma ampla rede de domínio não somente no Brasil, mas originariamente nas possessões portuguesas localizadas na Ásia e na África. A despeito das especificidades das regiões conquistadas, o fato é que as linhas estruturantes dos concelhos foram introduzidas como sistema governativo nos espaços de além-mar, constituindo um poderoso instrumento de interlocução com o poder central e de sua intervenção na sociedade colonial.

Na historiografia brasileira, os autores que se dedicaram a analisar, de maneira mais substancial, a dinâmica do aparato administrativo instalado na colônia – a exemplo de Oliveira Vianna, Caio Prado Júnior e Raymundo Faoro – convergem, em grande medida, no sentido de assinalar a ausência de peso decisivo desses órgãos na vida política cidadina, convertendo-se, na prática, em um tentáculo da administração estruturada pela centralização monárquica. As pesquisas recentes sobre a história urbana, ampliada com o trabalho de Maria Fernanda Bicalho, revelam a complexidade das relações de poder características desse mundo colonial.

Um dado particularmente interessante, realçado pela autora, diz respeito à autodenominação daqueles considerados como os principais da terra cuja identificação "ligava-se não apenas às qualidades inatas como a ascendência familiar ou a pureza de sangue, ou mesmo adquiridas por via econômica e política, o ser senhor de terras e ter escravos e ter acesso às funções conceituais, mas incorporava ainda os méritos provenientes da conquista, povoamento e defesa da colônia" (p. 385). Para estes homens, o domínio do Império português na colônia americana derivava da conquista da terra por seus antepassados, argumentos que, a seu modo de ver, conferia-lhes legitimidade no monopólio aos cargos públicos contra os reinóis, bem como na concessão de mercês e privilégios pelos serviços prestados em nome da Coroa. Para além da relação entre estes dois poderes, é necessário considerar como a articulação política se dava no interior das próprias instituições camarárias. A rigor, a relativa autonomia das elites regionais estará no centro das formulações em torno do projeto de construção do Estado independente na centúria seguinte. Tema controverso e complexo, sobre o qual o livro *A Cidade e o Império* aponta novos caminhos para futuras investigações.